

CESP

GOVERNO DE SP DESMONTA O SETOR

O leilão de 29 usinas que estão com contrato de concessão vencido e que não foi renovado por governos estaduais está marcado para 6 de novembro. Entre as usinas a serem leiloadas, mais duas da Cesp: Ilha Solteira e Jupia. É o fim da estatal paulista?

Energia sob controle social é uma bandeira histórica do Sinergia CUT, não só por se tratar de um setor essencial à vida e estratégico ao desenvolvimento brasileiro, mas também para garantir a qualidade dos serviços prestados à população e os direitos conquistados na luta diária dos trabalhadores.

O desafio que o Sindicato vem enfrentando é consequência direta da decisão do governo Geraldo Alckmin de não aceitar o acordo proposto pela lei

12.783/13 que reduziu as tarifas de energia em nível nacional – média de 20% – em troca da renovação das concessões das usinas hidrelétricas.

No estado de SP, a recusa do governo tucano colocou na mira de licitação as usinas da CESP, começando por Três Irmãos, leiloadas em março de 2014. E, apesar de todos os esforços da entidade em buscar diálogo e negociação com o governo federal, o leilão de outras duas usinas da estatal paulista - Ilha

Solteira e Jupia - juntamente com outras 27 usinas está marcado para o próximo dia 06 de novembro.

Conclusão: o impacto da não renovação das concessões recai diretamente nos trabalhadores, que sofrem com a modalidade de privatização que coloca em risco o pleno emprego e as condições de trabalho, com a possibilidade de aumento da precarização e da terceirização, redução de direitos trabalhistas e de acordos coletivos vigentes.

UMA HISTÓRIA DE LUTA CONTRA A PRIVATÁRIA

Tudo começou em julho de 1996. Na madrugada, a base de apoio do governo tucano na Assembleia Legislativa de São Paulo aciona o trator e aprova a Lei nº 9.361, que institui o Programa Estadual de Desestatização (PED). O programa, conduzido por Geraldo Alckmin, divide as três concessionárias de energia elétrica dos paulistas - CESP, Eletropaulo e CPFL - em mais de 20 empresas.

Assim, São Paulo é o único estado que segue à risca o projeto de "Estado mínimo" da era FHC. É o começo da privatária tucana que provocaria aumento de tarifas, desemprego de profissionais especializados, queda da qualidade dos serviços prestados à população.

Começa o desmonte

A partir de 1997, começa o processo de privatização da CESP, com a venda da distribuição - que passou a ser chamada Elektro concretizada em 1998 e atualmente nas mãos da espanhola Iberdrola. Nesse mesmo ano, o governo tucano começa a rifar a geração, dividida em três empresas.

Até aqui, a CESP tinha uma potência instalada de mais de 12.380 megawatts sob responsabilidade de cerca de 13 mil trabalhadores. É a terceira maior geradora do Brasil, responsável por 63% da energia produzida no estado de São Paulo e por 10% da geração nacional.

Patrimônio dos gringos

A primeira empresa rifada é a Duke Energy, repassada para o capital americano, seguida da AES Tietê comprada pela também americana AES Brasil,

totalizando quase 5.000 megawatts repassados para o capital internacional.

Colombianos na Transmissão

Já em 2006, José Serra descumprir o compromisso de campanha eleitoral logo depois de assumir o governo de SP e entrega a CTEEP, empresa de transmissão oriunda da CESP, para os colombianos da ISA.

Inicialmente não foi incluída na lei da privatização, com a justificativa de que o governo manteria o controle do setor de energia a partir da transmissão. Eleito, Serra muda o discurso e a justificativa para rifar a CTEEP: a necessidade de sanear a geradora, mergulhada em grave crise financeira e endividada pela má gestão estatal.

Fracasso em três leilões

Foi em 2008 que os tucanos retomaram com tudo o projeto de privatizar o que restou do patrimônio de geração paulista - a CESP e os quase 7.500 megawatts gerados por seis usinas hidrelétricas operadas por cerca de 1.200 trabalhadores.

Mas vale lembrar que todas as dívidas da antiga Cesp, mais de R\$ 10 bilhões, permaneceram com o que restou de seu comando estatal. O dinheiro arrecadado com a venda da CTEEP foi injetado para sanear o mico da Cesp e voltar a atrair compradores.

Três tentativas de venda em leilão fracassaram. A primeira, em 2000. Outro leilão frustrado em 2001. O terceiro fracasso em março de 2008.

Assim, até 2012, a CESP continuou a mesma, com a responsabilidade de geração nas usinas de

Porto Primavera, Jupia, Ilha Solteira, Jaguari, Paraibuna e Três Irmãos.

"Revolta" política

Em janeiro de 2013, a lei 12.783 propôs a antecipação dos contratos de concessão com vencimento até 2017. Como todos lembram os governadores tucanos de São Paulo, Minas Gerais e Paraná não renovaram. Mesmo com a recusa, a redução da tarifa foi nacional e maior do que a inicialmente prevista. Vale lembrar também que os estados embolsam muito da tarifa paga pelos consumidores, através da cobrança do ICMS. Só os paulistas pagam 33% de ICMS embutidos na tarifa.

Desmonte total

Com o leilão de Três Irmãos, em março de 2014, o estado perdeu 807,5 megawatts de capacidade instalada para o consórcio Tijoá, impactando 19 trabalhadores. Os contratos de concessão de Ilha Solteira e Jupia venceram em 7 de julho de 2015. O leilão remarcado para novembro pretende transferir um total de 5 mil megawatts gerados e envolver cerca de 450 trabalhadores.

Depois disso, a CESP ficará com a responsabilidade de geração apenas das usinas de Porto Primavera, Paraibuna e Jaguari, que têm vencimento de contratos só em 2028, além da sede administrativa.

Resultado: 19 anos depois do início da privatária tucana, o que restou da antiga CESP - patrimônio do povo paulista - é a responsabilidade de geração de pouco mais de 1.600 megawatts e um quadro de pessoal de cerca de 450 trabalhadores. Triste e trágico.

Leia mais

A LUTA DO SINERGIA CUT CONTRA A LICITAÇÃO DAS USINAS

Saiba mais sobre a privatária tucana e a resistência contra o desmonte da CESP

Ainda nesta edição

FUNDAÇÃO CESP: os déficits previdenciários e o trabalho que vem sendo feito pelos conselheiros





Compromisso

No mesmo dia em que tomam posse, representantes apoiados pelo Sinergia CUT começam seu trabalho na Funcesp

Conselheiros eleitos protocolaram uma carta ao presidente do Conselho Deliberativo, Sergio Nabas, onde manifestam suas preocupações com relação à rentabilidade dos Planos Previdenciários

Empossados no dia 23 de setembro passado, os conselheiros Deliberativos e Fiscais da Funcesp, eleitos pelos trabalhadores com o apoio do Sinergia CUT, reafirmaram suas propostas de trabalho e o compromisso em defender o patrimônio da classe trabalhadora e a melhoria dos serviços e benefícios no fundo de pensão.

Entre os pontos destacados pelos conselheiros estão a melhoria nos

processos e gestão da saúde, bem como a ampliação da rede e dos recursos credenciados.

Como demonstração de que estão ali para fazer desse mandato um grande compromisso com trabalhadores, os conselheiros recém-empossados aproveitaram a ocasião da posse para protocolar uma carta ao presidente do Conselho Deliberativo, Sergio Nabas, em que manifestam suas preocupações com relação à rentabili-

dade dos Planos Previdenciários (leia o teor desse documento no quadro ao lado).

A carta solicita estudos à Funcesp que possam apontar no sentido da superação ou equacionamento dos problemas constatados, garantindo um horizonte de sustentabilidade dos planos, mas considerando os interesses da Classe Trabalhadora.

Confira quem são os eleitos em 2015 apoiados pelo Sinergia CUT:

Carta dos Conselheiros ao presidente Conselho Deliberativo da Funcesp

São Paulo, 23 de setembro de 2015

Ilmo. Sr.

Sergio Tadeu Nabas

Presidente do Conselho Deliberativo da Funcesp

Assunto: Estudos com Relação à Rentabilidade dos Investimentos e Custos dos Planos Previdenciários

Os Conselheiros Deliberativos, abaixo-assinados, preocupados com a situação dos Planos Previdenciários, que vêm apresentando déficits, seja de natureza técnica ou de rentabilidade, vêm solicitar que seja apresentado estudos que possam embasar decisões futuras no que tange a superação ou equacionamento dos mesmos.

Solicitamos que nos seja apresentado estudo sobre a Rentabilidade dos Investimentos: caso a Carteira de Títulos Públicos, continuasse marcada pela "Curva de Rendimentos", de 2012 até a presente data, fazendo um exercício de perspectiva futura até 2018. Quadro comparativo da Rentabilidade pela "Curva de Rendimentos x Marcação a Mercado" com projeção até 2018.

Outrossim, solicitamos ainda, os Planos de Custeios de 2010 a 2014 e o respectivo Custo Atuarial, praticado, para cada Plano Previdenciário.

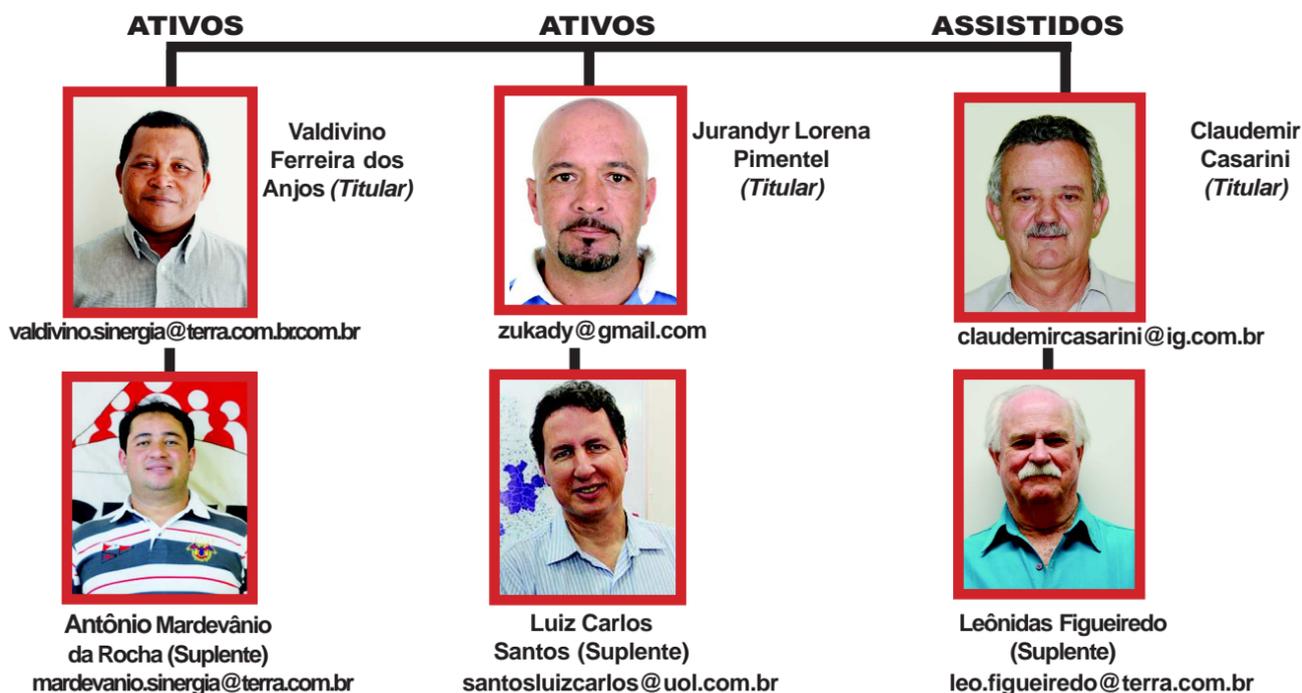
Atenciosamente,

Alberto Soares da Silva
Airton de Souza
Arinaldo Gomes de Costa
Orivaldo Luiz Pellegrino
Flávio Ferreira Camara Barcelar

Conselho Deliberativo



Conselho Fiscal



Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Eétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.

Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. **Fones:** Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; SindGasista (11) 3313-5299; Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Ribeirão Preto (16)3626-8676

Rio Claro (19)3524-3712; Baixada Santista (13)3222-6466; São José do R. Preto (17) 3421-2485; Vale do Paraíba (12)3622-4245;

SindLitoral (13)3422-1940; SindPrudente (18)3222-1986; SindLuz Araraquara (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Paulo Robin

Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lillian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Fotografia: Roberto Claro Ilustração: Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br Tiragem: 6.500 exemplares

EXPEDIENTE





Déficit nos Planos Previdenciários

Conselheiros e comitentes deram o alerta!

Marcação dos Investimentos pelo mercado provoca perdas nos rendimentos dos planos da Fundação Cesp. Há quase quatro anos, os representantes dos trabalhadores alertaram sobre os riscos de mudança. Agora, o prejuízo é real

No final de 2012, a diretoria da Funcesp, com a anuência das empresas-patrocinadoras, tomou a decisão de marcar todos os títulos da dívida pública, que são a principal carteira de investimentos do fundo de pensão, pela "marcação a mercado".

Esses investimentos, da ordem de 70% do patrimônio, constituem o principal ativo dos participantes, que até então, eram contabilizados pelo valor real.

Com esta decisão, tomada à revelia do Conselho Deliberativo e do Comitê Gestor de Investimentos, todos os planos previdenciários passaram a apresentar oscilações, num primeiro momento positivas, porém, nos anos de 2013, 2014 e 2015 negativas. Ou seja, os rendimentos marcados a mercado estão sendo deficitários, não conseguindo atingir a meta contratada que é o IGP-DI + a taxa de juros de cada plano, que varia de 4,5 até 5,75% ao ano.

Esse movimento foi concomitante à Medida Provisória 579 que reduziu as tarifas do setor elétrico. Naquele ano de 2012, as empresas-patrocinadoras, que poderiam ter uma repercussão negativa nos seus balanços por conta da MP, excepcionalmente obtiveram lucros e distribuíram dividendos, pois os preços dos títulos públicos negociados na Bolsa de Valores foram mais favoráveis naquele ano.

Trocando o certo pelo pouco provável

Entre os grandes fundos de pensão em que o investimento em títulos do governo federal constituem o maior patrimônio, a Funcesp foi um dos poucos a tomar essa decisão: de trocar a certeza do rendimento pelas oscilações do mercado.

Essas variações têm consequências para todos participantes, ativos e aposentados/pensionistas. Quando positivas, podem significar um melhor benefício, mas, como ocorre agora, os investimentos estão apresentando déficits de rentabilidade.

No caso da AES Tietê e da Duke Energy, os déficits são de duas naturezas: há o de rentabilidade, como todos os outros estão apresentando, e também o déficit de parâmetro atuarial (custeio do próprio plano). A situação é preocupante, pois tanto as oscilações provocadas pela rentabilidade, quanto a falta de custeio dos planos provocam



perdas e significam diminuição do benefício para quem vai aposentar e, cobrança extraordinária para quem já está aposentado ou é pensionista.

Face esse quadro, a Funcesp já começou a apresentar a conta, instituindo as contribuições extraordinárias para participantes ativos, aposentados e pensionistas da AES Tietê e apresentando um "plano de equacionamento dos déficits", para todos os demais planos previdenciários, inclusive da própria AES Tietê. Resumindo: pode vir por aí mais cobrança extraordinária para todos os participantes.

Ações contrárias

"Mas essa conta não pode ser nossa", afirma a direção do Sinergia CUT, que vai chamar à responsabilidade as empresas patrocinadoras e a direção da Funcesp, por permitir que a situação chegasse ao ponto que chegou colocando em risco os benefícios dos participantes. Para o Sindicato, isso pode ser caracterizado como "gestão temerária".

O Sinergia CUT enviou correspondências às empresas-patrocinadoras e à direção da Funcesp solicitando suspender toda e qualquer decisão sobre "o equacionamento dos déficits", pois o Sindicato quer discutir o todo e não somente cobranças extraordinárias como se não houvesse outras soluções.

A posição dos Conselheiros e Comitentes

Os Representantes dos Trabalhadores no Conselho Deliberativo, Fiscal e Comitês Gestores da Fundação Cesp, repudiaram a decisão unilateral e autoritária da direção da Funcesp. Isso por-

que, a Fundação desconsiderou os órgãos de governança da instituição, não pautando o assunto em nenhum momento no Conselho Deliberativo nem nos Comitês Gestores de Investimentos.

É inconcebível imaginar que assunto tão importante possa ficar restrito a decisão de poucos e possa causar prejuízos generalizados em todos os benefícios.

"Não concordamos com esse tipo de gestão na condução dos interesses dos nossos representados. No nosso entendimento, a marcação dos títulos deveria continuar como antes, pela curva da rentabilidade. Nada justificaria trocar a tranquilidade dos rendimentos já garantidos pela oscilação dos rendimentos a mercado", afirmam os conselheiros.

Sinergia CUT nesta batalha

Buscando ter ações práticas relacionadas aos assuntos da Fundação Cesp e aos déficits previdenciários, o Sinergia CUT vem participando de reuniões com advogados e especialistas previdenciários. Uma delas ocorreu no último dia 08 de outubro, quando o consultor Wanderley Freitas realizou uma exposição sobre os principais problemas existentes nos planos de previdência no Brasil, focando na Fundação Cesp. Ele destacou dois pontos principais: Fator Previdenciário 45/50 anos e o déficit atuarial, ambos com alteração no regulamento.

A partir dessa discussão, o Sinergia CUT elaborará um material para que os advogados possam apresentar uma proposta de investimento com encaminhamentos imediatos e de médio prazo no âmbito político.

CRONOLOGIA

2012 - A Fundação Cesp encaminhou para os Comitês Gestores e para o Conselho Deliberativo proposta de redução das taxas de juros, de 6% a.a., para 5,75% até 4,5%, de todos os planos previdenciários, contrariando resolução do CNPC (no caso da Eletropaulo, o CG aprovou uma taxa de juros diferenciada para o BSPS).

Relatório da KPMG, de junho/2012, recomendava um conforto, no parâmetro, taxa de juros de 6% a.a. pelos próximos 18 anos, considerando uma média ponderada de rentabilidade de 8,25% a.a.

* **2012** - A Fundação Cesp começou a marcar pelo mercado uma grande parte desses títulos públicos em dezembro de 2012.

Em dezembro de 2013, a Fundação marcou o restante dos títulos (que ainda estavam na curva) pelo mercado. Assim, hoje a Fundação Cesp tem 100% dos títulos públicos da sua carteira marcados a mercado.

Coincidentemente 2012 é o ano da MP 579, do Setor Elétrico, que teria repercussão negativa nos balanços empresariais.

Com a decisão de trazer a marcação dos títulos da "curva de rendimentos ao mercado", as empresas, que teriam seus balanços agravados por conta da MP 579, realizaram ganhos e distribuíram dividendos.

* **2013/2014** - Déficits AES Tietê e Duke Energy (2013 - parâmetros) e 2014, déficits generalizados em todos os planos (rentabilidade).

* **2014** - Plano de Ação da Funcesp para equacionamento dos déficits. (troca de missivas entre Previc e Funcesp).

4819 ainda sem pagamento

Sinergia CUT pede Mesa Redonda

O Sinergia CUT assinou o ACT da CTEEP no dia 31 de agosto, porém, a transmissora somente comunicou a Secretaria da Fazenda em meados de setembro, atrasando o pagamento aos 4819.

Os aposentados que recebem pela Fazenda terão seu pagamento reajustado em outubro/2015. Quanto aos retroativos, ainda se aguarda uma confirmação de possível pagamento no 5º dia útil do próximo mês de novembro.

Já os 4819, que recebem pela Fundação Cesp, não terão o pagamento com correção e as diferenças. E não há previsão de data para resolver esta situação.

Dessa forma, o Sinergia CUT solicitará mesa redonda para cobrar a responsabilidade da CTEEP, FCESP e Secretaria da Fazenda, convocando-as para dar os devidos esclarecimentos e exigir o pagamento com o reajuste e retroativos em 1º de junho, com juros e correção monetária.

CPFL quer suspender o pagamento da dívida com a Funcesp

A CPFL Energia procurou o Sinergia CUT para falar da sua situação econômico-financeira e apresentar a sua proposta de renegociação da dívida contratada junto à Funcesp, referente aos planos previdenciários da empresa.

A holding alega dificuldades de caixa devido ao alto endividamento. Segundo a CPFL, parte daí a necessidade de propor a o Conselho Deliberativo e ao Comitê Gestor a suspensão do pagamento do principal da dívida com o BSPS, por 24 meses, pagando somente os juros relativos.

Após esse período, os valores, que não foram pagos, seriam acrescidos ao valor total do débito e incorporado

no restante das parcelas.

No entendimentos dos conselheiros essa é uma boa hora para se discutir outras questões, pois, enquanto a direção da Funcesp quer empurrar goela-abaxo o equacionamento dos déficits, impondo cobranças extraordinárias, sabe-se que, nos planos previdenciários da CPFL Paulista, Geração, Brasil e Piratininga, há superávits. É importante que haja contrapartidas.

E essa diferença para mais (superávit) pode perfeitamente servir ao equacionamento proposto pela Funcesp; para os sub-planos deficitários, evitando assim qualquer tipo de contribuição extraordinária.

CESP

Sinergia CUT na luta contra a licitação das usinas

Reuniões no MME, audiência pública, moção de repúdio. Várias são as ações do Sindicato contra o leilão. Na próxima quinta (29), greve em todas as 29 usinas inclusas no processo. Essa luta é de todos nós!

No decorrer dos últimos meses, o Sinergia CUT e a Ftuesp vêm incansavelmente lutando contra o leilão das concessões de geração das hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia, marcado para novembro pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e que é consequência da decisão do governo de Geraldo Alckmin de não aceitar o acordo proposto pelo governo federal de renovação das concessões.

Para tanto, as entidades sindicais enviaram diversas cartas aos órgãos competentes, participaram de audiências e reuniões em Brasília e, encaminharam contribuições que solicitam que as usinas não fiquem desassistidas em momento algum, conforme o que determina a regulação setorial.

Por diversas vezes, o Sinergia CUT e a Ftuesp estiveram no MME para expor sua posição contrária a qualquer tipo de licitação, leilão ou privatização das concessões de energia elétrica, defendendo o controle dessas usinas pelo governo federal.

Os representantes das entidades sempre cobraram garantias aos trabalhadores no Edital de Licitação, como a manutenção dos empregos, do Fundo de Pensão da Fundação Cesp e a representação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Cesp. Nada disso foi atendido.

Na Aneel

No dia 25 de setembro passado dirigentes sindicais participaram de audiência com o diretor geral da Aneel, Romeu Rufino, em Brasília. Em pauta, os impactos das recentes propostas de regulação do setor energético e as reivindicações para garantir direitos dos trabalhadores.

Renovação da concessão das distribuidoras

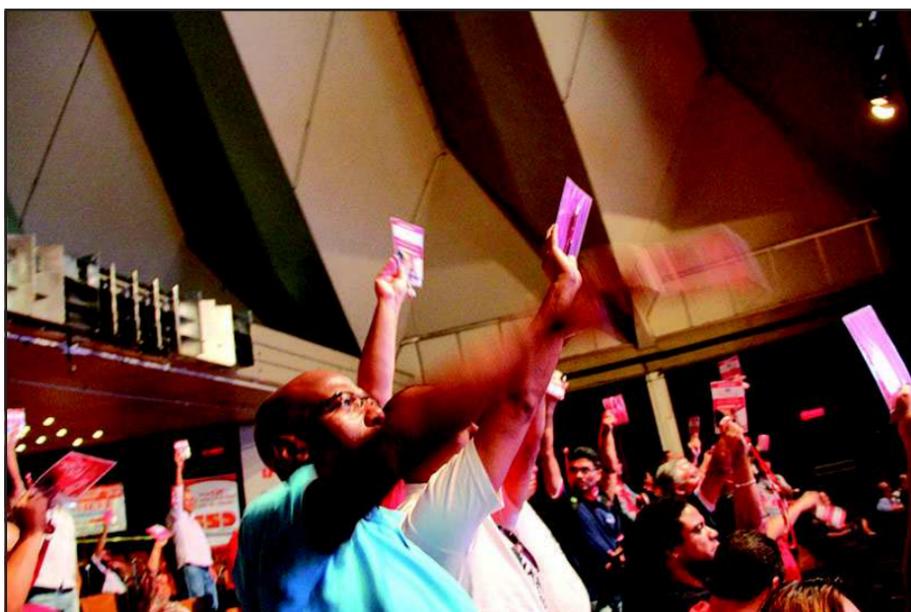
No último dia 20 de outubro, a Aneel aprovou a renovação da concessão de 40 distribuidoras, conforme previsto na Lei 12.783/13. O Sinergia CUT e a Ftuesp participaram das duas fases da audiência pública 038/2015, que tratou de discutir as minutas dos contratos de concessão a serem assinados.

Os critérios de parâmetros de qualidade de prestação de serviço e econômicos estão sendo impostos às empresas. Isso pode significar a privatização das distribuidoras do Norte e Nordeste do Brasil.

No estado de SP, vão ser prorrogada



Audiência pública na Alesp, em 19 de outubro, marca posição contra o leilão das hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia. Uma preocupação levantada é com as cidades afetadas, que sofrerão perda econômica se o leilão ocorrer



Com 2.154 delegados, o 12º CONCUT aconteceu de 13 a 17 de outubro, no Palácio de Convenções do Anhembi, em SP. Lá, foi aprovada uma moção de repúdio contra a retomada do processo de privatização do setor energético pelo MME



30 de junho de 2015: representantes do Sinergia CUT e da Ftuesp vão à Brasília para uma reunião com o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Luiz Eduardo Barata Ferreira, e demais assessorias

dos os contratos de nove distribuidoras: Cia Luz e Força Santa Cruz, Sul Paulista, Leste Paulista, Mococa, Nacional, Jaguari, Vale Paranapanema, Caiuá e Bragantina.

A novidade é a solicitação da CPFL Energia para unificar os contratos das empresas sob seu controle. Vale ressaltar que ainda não há data para isso ocorrer.

Repúdio

Em 15 de outubro, durante o 12º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), as entidades sindicais presentes, inclusive o Sinergia CUT, fizeram uma moção de repúdio contra a atitude do Ministério de Minas e Energia de retomar o processo de privatização do setor energético, e contra o leilão das concessões de geração de 29 hidrelétricas marcado para o próximo dia 06 de novembro.

Novamente, a solicitação pela garantia dos empregos dos trabalhadores foi manifesta, já que o edital não atendeu à solicitação dos trabalhadores e prevê que a operação das usinas se dará, "preferencialmente, por trabalhadores que exerçam suas funções do referido empreendimento" e não "obrigatoriamente" como sugerido pelas entidades sindicais.

Audiência na Alesp

No último dia 19 de outubro, o Sinergia CUT e a Ftuesp participaram de audiência pública na Assembleia Legislativa de SP para marcar posição contra o leilão das hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia.

É greve!

Ou seja, não têm sido poucas as ações contrárias à licitação. O leilão das concessões foi marcado para julho de 2015, remarcado para este mês de outubro, novamente desmarcado e, agora, remarcado para 06 de novembro.

E, na próxima quinta-feira, 29 de outubro, as entidades sindicais têm um plano de luta que prevê greve de 24 horas em todas as 29 usinas de SP, MG e PR, os três estados onde os governos estaduais do PSDB não aderiram à MP 579/2012 que garantia tarifas acessíveis à população. Participe!

RACISMO É CRIME!

A legislação brasileira define: **RACISMO É CRIME!**
Artigo 5º da Constituição Federal, inciso XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;